

PARECER Nº 80/2024

PROJETO DE LEI Nº 25/2024

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATOR VEREADOR CLEUBER MICHIRRA

RELATÓRIO

De autoria do Executivo, o projeto de lei em epígrafe “*Cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências*”.

Publicada, a proposição foi encaminhada à análise preliminar da Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental.

Vem agora a esta Comissão de Administração Pública para exame de mérito, nos termos do art. 91, inciso III, “a”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa criar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgão da administração direta do Poder Executivo Municipal, por desmembramento da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, com a finalidade de formular, coordenar e executar as políticas públicas ambientais no âmbito do Município de Arinos.

Na mensagem de encaminhamento do projeto, destaca, em síntese, o senhor Prefeito que:

Com a divisão das secretarias, espera-se uma melhora na eficiência administrativa, pois cada secretaria poderá desenvolver políticas públicas mais direcionadas e específicas para suas respectivas áreas. A estrutura organizacional mais enxuta e especializada permitirá um acompanhamento mais próximo e detalhado das ações implementadas, resultando em uma gestão pública mais eficaz e transparente.

A nova Secretaria de Meio Ambiente terá melhores condições de fiscalizar o cumprimento das leis ambientais, atuar na preservação dos recursos hídricos e promover a recuperação de áreas degradadas. Com uma secretaria exclusivamente voltada para essas questões, haverá um fortalecimento das ações de fiscalização e controle ambiental.

A separação das secretarias também sinaliza uma valorização tanto do setor agropecuário quanto do meio ambiente, destacando a importância de ambos para o desenvolvimento sustentável do município. As políticas públicas poderão ser mais assertivas e direcionadas, trazendo benefícios tanto para os produtores rurais quanto para a população em geral.

A criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é essencial para enfrentar os complexos desafios ambientais que Arinos enfrenta e enfrentará, especialmente em face da instalação de usinas de energia fotovoltaica no município. A adoção de fontes de energia renováveis, como a solar, é fundamental para a sustentabilidade e a redução da dependência de combustíveis fósseis. No entanto, a implantação de tais usinas também pode gerar impactos ambientais significativos, que precisam ser cuidadosamente gerenciados e mitigados.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Legislação, Justiça e de Redação salientou que essa divisão de atribuições entre órgãos que pertencem a uma mesma pessoa jurídica visa atender ao princípio constitucional da eficiência e à especialização da atividade administrativa, tendo em vista que quanto mais atribuições forem concentradas em um só órgão mais difícil e complexa se torna a atuação do ente público.

Considerando os graves impactos ambientais decorrentes da instalação de usinas de energia fotovoltaica, e considerando a premente necessidade de preservação dos nossos recursos naturais, o atual cenário do nosso Município exige uma atuação efetiva e especializada da administração pública.

Portanto, a criação da Secretaria de Meio Ambiente será de suma importância para a concretização dessa atuação administrativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2024.

Sala das Comissões, 17 de julho de 2024.

Vereador CLEUBER MICHIRRA

Relator